



TERRITORIOS EN CONFLICTO
GATAZKA EGOERAN DAUDEN LURRALDEAK
TERRITÓRIOS EM CONFLITO



GARAPENERAKO
LANKIDETZAREN
EUSKAL AGENTZIA

AGENCIA VASCA DE
COOPERACIÓN PARA
EL DESARROLLO



WLSA MOÇAMBIQUE

**Centro de Pesquisa
sobre Governação de
Terras e
Desenvolvimento Rural**

RELATÓRIO

SEMINÁRIO: VISÕES, PERSPECTIVAS E INICIATIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO LOCAL EM CABO DELGADO

Pemba, 6 de Fevereiro de 2019

Autores do relatório:

Alda Salomão, Isabel Casimiro, Valério Ussene e Vasco Coelho

Data do relatório:

30/03/2019

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	3
INTRODUÇÃO.....	4
OBJECTIVOS.....	4
AGENDA.....	7
METODOLOGIA.....	8
GRUPOS DE TRABALHO.....	15
- GT 1: Acesso à terra, grandes infraestruturas e ambiente.....	15
- GT 2: Exclusão e desigualdades sociais.....	20
- GT 3: Governação e espaços de participação.....	23
SÍNTESE E PRINCIPAIS CONCLUSÕES.....	28
AVALIAÇÃO.....	31
ANEXOS.....	38

AGRADECIMENTOS

Nós, os autores e as autoras deste relatório, gostaríamos de agradecer à equipa do Departamento de Ética, Cidadania e Desenvolvimento, pertencente à Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique, e também à própria Diocese de Pemba, pelo enorme empenho e esforço na organização deste seminário, num prazo tão ajustado e com umas condições muito particulares.

Agradecemos, muito especialmente, aos professores/investigadores Pilar de la Puerta Rueda, Tácito Marques Tahane, Valério Ussene e restantes investigadores e professores do Departamento de Ética, Cidadania e Desenvolvimento que colaboraram mais directamente, por terem tornado possível a realização deste evento; pelos seus contributos e a sua enorme amabilidade antes, durante e depois do mesmo; e, também, pela sua disponibilidade para fazer parte deste projecto de investigação-acção.

E, finalmente, agradecemos a todos/todas os/as participantes do seminário que, com a sua coragem e engajamento, participam e continuarão a participar em prol de uma maior justiça social e de um desenvolvimento mais humano, sustentável e inclusivo, na província de Cabo Delgado.

INTRODUÇÃO

No âmbito do projecto "*Territórios em Conflito: Investigação, formação e acção para o fortalecimento de capacidades e a construção de alternativas de vida*", o grupo de trabalho de Moçambique organizou, juntamente com o Departamento de Ética, Cidadania e Desenvolvimento, da Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique, o seminário "*VISÕES, PERSPECTIVAS E INICIATIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO LOCAL EM CABO DELGADO*", que teve lugar em Pemba, no dia 6 de Fevereiro de 2019.

Este seminário teve como principal propósito consolidar um processo já iniciado com diferentes actores (académicos, activistas, líderes comunitários, etc.), e dar um novo passo para a constituição de uma rede de reflexão sobre os principais problemas que afectam a província de Cabo Delgado e a construção de alternativas locais. As reflexões deste seminário serão objecto de análise e terão um papel relevante na produção do relatório de estudo de caso desta província.

Nesse sentido, procurando superar as diferentes visões e interesses, tentámos identificar as nossas preocupações comuns, divulgando a riqueza das iniciativas existentes e, assim, poder oferecer um espaço de encontro para partilhar visões, perspectivas e propostas entre os diversos actores.

Na primeira parte do workshop-seminário, foram identificados os principais problemas e desafios económicos, sociais, ambientais e culturais, bem como as principais experiências de resistência ao actual modelo extractivista-desenvolvimentista, ou seja, as diferentes iniciativas que estão a decorrer para oferecer propostas alternativas, a partir da preocupação com a inclusão e a justiça social. Na segunda parte do workshop-seminário, tentámos sintetizar e analisar o alcance dessas mesmas iniciativas.

OBJECTIVOS

Este seminário teve como principal objectivo debater e analisar os principais conflitos sociais, políticos, económicos, ecológicos e culturais da província de Cabo Delgado (Moçambique), gerando informação e conhecimento para apoiar as experiências de resistência e alternativas ao modelo hegemónico que impera nos últimos anos.

Esta reflexão e análise será recompilada, sistematizada e descrita no **Relatório/Publicação sobre o caso de Cabo Delgado**, que se integrará com os outros estudos de caso (Urdaibai/Euskal Herria e Tolima/Colômbia) para propor conclusões sobre os processos colectivos de resistência e criação de alternativas nos diferentes territórios.

Para a realização deste seminário, considerámos que era imprescindível contar com a participação das pessoas implicadas na província, a nível individual e colectivo, e oferecer-lhes um espaço para debater com os seguintes propósitos:

- Intercambiar e introduzir novos olhares sobre a realidade da província de Cabo Delgado, os seus principais problemas e as resistências e alternativas que se estão a implementar localmente, numa perspectiva de investigação-acção que vise a sua continuidade através de acções futuras de trabalho e partilha de conhecimento em rede;
- Conhecer a realidade e as capacidades dos actores presentes no território, as suas dinâmicas, assim como as relações existentes entre grupos, e entre estes e as instituições públicas e privadas, numa perspectiva de autoaprendizagem.

Lógica de Integração no Projecto “Territórios em Conflito”

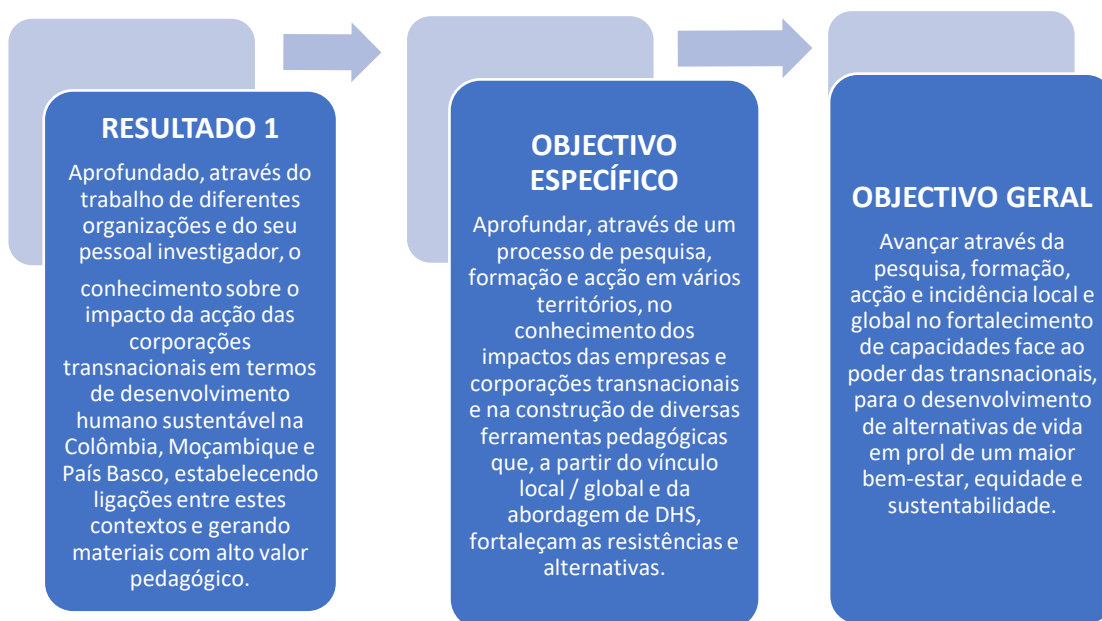


Figura 1: Lógica de Intervenção do Projecto

Indicadores do Objectivo Específico

I.OE.1. Realizadas duas publicações de alto valor pedagógico, fruto do trabalho de um grupo internacional de pesquisa, que contribui a partir do marco de Desenvolvimento Humano Local e de um enfoque local-global, elementos-chave para conhecer o impacto e enfrentar o poder transnacional nos territórios.

I.OE.2. Pelo menos 15 actores (ONGD, movimentos sociais, universidade) incorporam no seu próprio trabalho de pesquisa, formação e incidência, publicações produzidas no projeto.

I.OE.3. No final do projeto, os vários espaços universitários, colectivos e pessoas investigadoras participantes, posicionam nos seus espaços de referência a relevância de investigações críticas com o modelo de desenvolvimento hegemónico e seus actores, que liguem o Sul e o Norte global e que incorporem perspectivas intersectoriais, feministas e diversificadas.

I.OE.4. Desenvolvido um processo piloto de formação, com actividades a nível internacional e no País Basco, com a participação de 150 pessoas, que permite compartilhar esses elementos-chave identificados e fortalecer as capacidades dos actores com interesse nos temas do projeto.

I.O.E.5. Gerados diferentes espaços de intercâmbio, trabalho e rede e incidência entre ONGD, Movimentos Sociais, Universidades e instituições bascas, que aprofundam com uma perspectiva crítica, informada e compartilhada sobre os impactos das transnacionais e do modelo de desenvolvimento hegemónico e as resistências e alternativas de vida existente nos territórios face a este.

AGENDA

Horário		Dia 06/02/2019
08h00 09h00	-	Boas-vindas / Apresentação - Boas-vindas - Quem forma parte do grupo que convoca este seminário (10m) - Ronda de apresentação breve (nome e proveniência) dos participantes. (20m) - O seminário no âmbito do projecto geral: explicar brevemente a iniciativa. (15m) - Quais são os objectivos da sessão e como queremos trabalhá-los. (15m)
09h00 09h30	-	Coffee-break
09h30 13h00	-	Dinâmicas - Mapeamento de problemáticas (75 min) - Mapeamento de Alternativas (75 min) - Síntese e partilha dos diferentes grupos (60 min)
13h00 14h00	-	Almoço
14h00 16h30	-	Dinâmicas - Trabalho em grupos: "Explorar velhos e novos processos colectivos alternativos" (60 min) - Síntese e partilha final (75 min) - Encerramento (15 min)
16h30 17h00	-	Lanche

METODOLOGIA

De forma resumida, a metodologia que propusemos foi a seguinte:

PRIMEIRA PARTE DO WORKSHOP-SEMINÁRIO

Inicialmente, as temáticas de discussão estavam organizadas da seguinte forma:

ECONOMIA: Acesso à terra e à propriedade: açambarcamento de terras por empresas transnacionais (MRM, Grafex, Anadarko, ENI) e projectos turísticos; abusos policiais e de companhias de segurança; disputas sobre os limites geográficos para a atribuição dos DUAT; conflitos entre comunidades piscatórias e imigrantes; falta de mão-de-obra camponesa; conflitos entre administrações sobre o Porto de Pemba; falta de capacitação, não há emprego local relevante; falta de alternativas económicas; iniciativa privada local que fracassa.

SOCIEDADE. Exclusão e desigualdades: altas taxas de pobreza e analfabetismo; aumento da criminalidade, alcoolismo e consumo de drogas, associados à actividade mineira; desnutrição e insegurança alimentar; discriminação das mulheres no acesso à terra, poligamia e divórcios, aumento da prostituição e agressões sexuais; escolas afastadas e abandono escolar; escassez de centros de saúde e acesso a medicamentos.

IDENTIDADE CULTURAL: autoridades tradicionais que não protegem suficientemente as mulheres; conflitos de poder e legitimidade associados às diversidades religiosa, étnica e ao passado colonial; violência directa frente à frustração de expectativas e ataques a postos policiais.

SUSTENTABILIDADE-BIOSFERA: queimadas descontroladas; deflorestação; dificuldades crescentes de acesso à água; inundações e secas que acrescentam insegurança alimentar; caça furtiva; contrabando de madeira; convivência entre animais selvagens e humanos.

No entanto, o grupo optou por simplificar e agregar alguns temas, tendo em conta a disponibilidade de facilitadores e a composição do grupo de participantes. Optou-se, por isso, por trabalhar sobre os seguintes 3 temas:

- 1) *Acesso à terra, grandes infraestruturas e ambiente;*
- 2) *Exclusão e desigualdades sociais;*
- 3) *Governança e espaços de participação.*

1. Mapeamento de problemas / desafios (75 min): Em grupos (divididos aleatoriamente pelas 3 temáticas propostas), foi pedido aos participantes que identificassem problemas e desafios relacionados com o grupo temático específico onde estavam inseridos.

2. Mapeamento de Iniciativas / alternativas (75 min): Repetiu-se o mesmo exercício com os mesmos grupos, tratando de identificar quais eram as experiências de resistência e as alternativas de vida da população frente ao modelo de economia extractivista, em cada um dos grupos temáticos.

3. Síntese e partilha (60 min) dos diferentes grupos: Não se realizou a primeira síntese prevista, por falta de tempo. Optou-se por fazer uma única síntese, no final do encontro.

Perguntas comuns nos 3 grupos temáticos:

PERGUNTAS
1.- Quais são os desafios ou problemas que identificamos na Província?
2.- Que iniciativas e soluções estão a ser encontradas?
3.- Que resultados estamos a ter com as iniciativas na Província?

SEGUNDA PARTE DO WORKSHOP-SEMINÁRIO

1. Trabalho em grupos: “Explorar velhos e novos processos colectivos alternativos” (60m):

Com os mesmos grupos temáticos, procurámos analisar os resultados das iniciativas / alternativas previamente identificadas e mapeadas.

2. Síntese e partilha final (75 min.): Tentámos identificar nas experiências quais os elementos que estão a funcionar (identificar o valor ou factor de mudança).

3. Encerramento (15 min.): Síntese das principais conclusões e explicação de como será dado feedback (uma apresentação no final do projecto,

apresentação do vídeo-documentário, partilha de materiais e novo seminário, se possível). Intenção de continuar com este processo em 2020.

Documentário:

- Durante a realização do seminário, foram captadas imagens com o fim de produzir um documentário para fins pedagógicos e de sensibilização, sendo que cada participante foi devidamente informado e convidado a expressar o seu consentimento prévio, por escrito.
- Para a produção do documentário, também foram gravadas entrevistas complementares em Pemba e em Maputo (académicos, activistas, ONGs, Governo, etc.).

Aspectos operacionais e logísticos:

- Local: Sala Martin Luther King e 2 salas de apoio para grupos de trabalho (UCM-Pemba)
- Duração: 1 dia de seminário (8 horas)
- Data: 06/02/2019

Facilitadores:

Nome	Perfil	Responsabilidades / Funções no Seminário
Isabel Casimiro	<p>É uma académica, feminista, e activista moçambicana. Doutorada em Sociologia, com formação graduada e pós-graduada em História e Estudos de Desenvolvimento, é Professora Auxiliar e pesquisadora no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane desde 1980, e lecciona na mesma universidade cursos de graduação e pós-graduação. Membro fundadora da WLSA Regional (1988) e WLSA Moçambique (1990) e membro de associações pelos direitos humanos das mulheres, WLDAF e MULEIDE. Presidente do Conselho de Direção da WLSA Moçambique desde 2015.</p> <p>Co-fundadora e pesquisadora do CESAB-Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança. Presidente do Conselho de Direcção do Fórum Mulher (1993-2000; 2006-2015). Foi Directora Adjunta do CEA entre 1982-83 e Directora entre 1990-95. Deputada da Assembleia da República na primeira legislatura multipartidária, 1994-99. Membro do Comité Executivo do CODESRIA desde Junho de 2015. Presidente do CODESRIA desde Dezembro de 2018. Com várias publicações em revistas científicas, é também autora e co-autora de livros sobre mulher e género em Moçambique.</p>	Investigadora e facilitadora da sessão
Ada Salomão	<p>É licenciada em Educação e Direito, tem um mestrado em Direito Ambiental e está a terminar o seu doutoramento em Estudos de Desenvolvimento Internacional e Terras na Universidade de Utrech. É diretora do Centro de Recursos e Apoio, Investigação e Formação sobre terras TINDZILA em Moçambique. Tem trabalhado como consultora para organizações da sociedade civil e instituições moçambicanas sobre meio ambiente e território.</p>	Investigadora e facilitadora da sessão

<p>Valério Ussene</p>	<p>Mestrado em Educação Social e Bacharel em Ciências da Educação. Com 8 anos de experiência como professor universitário, 3 anos de experiência como Director Pedagógico, 3 anos de experiência como Coordenador de Programas de Pós-Graduação e Coordenador de Centros de Pesquisa; 3 anos de experiência como Assessor Técnico Municipal em Governança, Engajamento e Participação do cidadão na Gestão de Resíduos Sólidos, finanças municipais e urbanização resiliente às mudanças climáticas. Mais de 6 anos como consultor independente em treinamento utilizando metodologia participativa, avaliação de impacto de projectos, elaboração de planos estratégicos, análise de estratégias de advocacia e comunicação para organizações sem fins lucrativos, 10 anos trabalhando com organizações nacionais e internacionais sem fins lucrativos; orador em diversas conferências internacionais; membro do Comité Executivo do Conselho Internacional de Educação de Adultos, eleito pela Assembleia Geral em 2015, em Montreal, Canadá.</p>	<p>Facilitador da sessão</p>
<p>Boaventura Monjane</p>	<p>É candidato a um doutoramento no Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia (programa em Pós-colonialismos e Cidadania Global), Universidade de Coimbra (bolseiro FCT). É pesquisador associado visitante no Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies, Universidade do Cabo Oriental (University of Western Cape), África do Sul. Suas áreas de investigação incluem: movimentos sociais, questões agrárias e as alternativas desde a base (alternatives from below) na África Austral. É de nacionalidade Moçambicana.</p>	<p>Investigador, dinamizador e responsável pela condução do documentário</p>
<p>Vasco Coelho</p>	<p>É candidato a Doutoramento no HEGOA – Instituto de Estudos do Desenvolvimento e Cooperação</p>	<p>Investigador e apoio técnico</p>

	<p>Internacional da Universidade do País Basco e desenvolve uma tese sobre governação participativa e capacidades colectivas na província de Cabo Delgado. Tem uma grande experiência de cooperação internacional para o desenvolvimento (sobretudo em Moçambique) e numerosas formações em temas relacionados com a cooperação, o desenvolvimento e a gestão pública. Nascido em Portugal, tem dupla nacionalidade portuguesa e espanhola.</p>	
--	---	--

Participantes

Previamente à realização do seminário de 6 de Fevereiro de 2019, realizou-se uma pré-identificação de actores relevantes, indicando pessoas e colectivos de referência na província. Os participantes finalmente convidados foram os seguintes (ver tabela):

Nº	INSTITUIÇÃO		Nº de Participantes
1	CPOS	Tácito Marques Tahane	6
2		Ir. Pilar de la Puerta	
3		Hermenegildo Sira Rogério	
4		Alberto Ernesto	
5		Aventina Teodósio Matusse	
6		Adérito Afonso Gumbo	
7	SOCIEDADE CIVIL	RAJANO	19
8		Tambo Tambulani Tambo	
9		Terraço Aberto	
10		Helvetas	
11		Wiwanana	
12		Medicus Mundi	
13		Muleide	
14		AMA	
15		Forum Terra	
16		GVC	
17		UPC	
18		CTV	
19		ADEL- CD	
20		WWF	
21		AVSI	
22		AYUDA EN ACCIÓN	
23		KULIMA	
24		OIKOS	
25	MunduKide		
29	RELIGIÃO	Santo Egídio	7
30		Conselho Cristão de Moçambique	
31		Cislam	
32		Paróquia Santo Agostinho	
33		Paróquia Carlos Luwanga	
34		Paróquia Maria Auxiliadora	
35		Paróquia São Paulo	
36	GOVERNO	Direção Provincial de Género e Acção Social	5
37		SP - Governo do Distrito de Palma	
38		SP - Governo do Distrito de Montepuez	
39		CP - de Namanhumbir- Montepuez	
40		SP - Governo do Distrito de Balama	
41	ACADEMIA	UCM	4
42		UNILÚRIO	
43		ESEG	

Tabela 1: Lista de participantes convidados

Participação / Afluência: Compareceram 38 dos 41 participantes convidados (93%).

GRUPOS DE TRABALHO¹

- **GT 1: Acesso à terra, grandes infraestruturas e ambiente**

A sessão iniciou com a apresentação pela facilitadora Alda Salomão dos princípios gerais que orientam o sector de gestão e administração de terras e recursos naturais, nomeadamente:

1. Legalidade
2. Participação e Transparência
3. Pluralismo Jurídico
4. Acesso à informação e justiça
5. Excepcionalidade da Expropriação de Direitos
6. Consultas Comunitárias
7. DUAT – Quase-direito de propriedade a ser respeitado com imposição de limites ao próprio Estado
8. Descentralização Administrativa e Domínio Público Comunitário de Terras
9. Responsabilização

Depois da parte introdutória os participantes teceram os seus comentários como se segue:

Desafios:

1. Conceito de desenvolvimento (**Nando**)
 - a) Área urbana – ocupação por investimentos privados em detrimento de comunidades mais pobres
 - b) Ocupação sem uso – posses financeiras leva empresários a conseguirem terras facilmente de famílias que as cedem para fazer face à pobreza

2. Projectos de investimento mineiro versus terras comunitárias (**Taciano**)
 - a) Direito de superfície versus direito sobre recursos do subsolo;
 - b) Agricultura familiar versus mineração → necessidade de harmonização dos diferentes interesses sectoriais e definição de prioridades nacionais;

¹ A informação resultante de cada Grupo de Trabalho é apresentada neste relatório, respeitando o formato escolhido por cada um dos responsáveis e transcrevendo, na medida do possível, os comentários e opiniões dos seus participantes.

3. Expropriação de direitos (**Cecília**)
 - a) O conceito e valor legal do DUAT comunitário precisa de ser melhor clarificado porque agora ninguém respeita;

4. Usurpação de terras por governantes (**Júlio**)
 - a) Poder económico e poder político sobrepõem-se aos direitos das comunidades;
 - b) Partilha de benefícios (percentagem de taxas);
 - Fraca divulgação
 - Desvio de fundos pelo governo distrital
 - Arbitrariedade na condução de processo de expropriação

5. Planeamento territorial (**Alberto**)
 - a) Ocupação desordenada/expropriações ilegais;
 - b) Problemas ambientais/ degradação dos solos;
 - c) Analfabetismo (*despreparação social*);
 - d) Conflitos entre regimes jurídicos – formal e costumeiro – leva à venda de terras;
 - e) Tribalização do acesso à terra;

6. Tema muito complexo (**Milda**)
 - a) Analfabetismo (iliteracia jurídica);
 - b) Falta generalizada de implementação da legislação;
 - c) Investimento corporativo / receitas não se reflectem no desenvolvimento social e económico da província e nos locais onde os projectos estão localizados;
 - d) Necessidade de capacitação institucional comunitária (comités comunitários);
 - e) Sociedade civil acanhada / pouco interventiva;

7. Planos de gestão ambiental (PGAs)/ licenciamento ambiental (**Jaime**)
 - a) Início de operações antes do licenciamento;
 - b) Falta de seguimento dos PGAs
 - c) Falta de seguimento de PDUTs (Planos distritais de uso de terras);

8. Acesso à informação / capacitação (**Bárbara**)
 - a) OSC- fraca partilha de informação com as comunidades;
 - b) Comités comunitários: necessidade de avaliar o valor / impacto das capacitações. Muitos comités são capacitados, mas a situação no terreno não muda;
 - c) Crescimento populacional constitui desafio para a gestão de terras;

- d) Desenvolvimento localizado (Ilhas). Os centros urbanos desenvolvem-se, assim como alguns sectores económicos, mas a maior parte da província não sente o benefício da presença de investimentos

9. Fabião

- a) A falta de planeamento urbano tem resultado em problemas ambientais sérios
- b) Poder local (governos distritais) fraco, apesar do princípio da governação descentralizada por força da ingerência do poder central

10. (Taciano)

- a) Relatórios de avaliação de impactos ambientais e sociais falaciosos feitos por académicos;
- b) Reassentamentos apresentados como tendo bem feitos quando isso não corresponde à verdade (ex. comunidade de Ntora, Montepuez)

11. (?)

- a) A fraqueza da comunidade civil
- b) Ingerência do poder político na administração pública,

12. Milda

- a) Falta de colaboração do Governo na partilha de informação;

13. (?)

- a) Apatia dos cidadãos perante as situações que os afectam (violação de direitos);

14. (?)

- a) Índice de respeito pelos direitos humanos baixo (educação);
- b) Obediência / submissão ao poder político;
- c) Migração campo- cidade (resultante de expropriação de terras rurais);
- d) Refugiados urbanos em Pemba;
- e) Falta de informação e conhecimento – acesso à justiça;
- f) Iliteracia jurídica – em Cabo delgado há habitantes e não cidadãos

15. Cecília

- a) Limitação do exercício de direitos (discrepância entre teoria e política);
- b) Critérios para expropriação pouco claros;
- c) Participação insignificante da sociedade civil em processos legislativos;

16. (?)

- a) O poder do dinheiro limita o exercício da cidadania / divisões sociais

Intervenções Realizadas pela Sociedade Civil:

1. Actividades de consciencialização das comunidades
 - Direitos
 - Acesso à justiça
2. Cursos de curta duração
 - Direitos Humanos;
 - Ética e deontologia profissionais;
3. Debates comunitários
4. Planificação conjunta a partir da base
 - Saúde?
5. Capacitação dos comités de gestão de recursos naturais;
6. Mediação de conflitos de terra;
7. Divulgação de informação através de meios de informação;
8. Criação de conselhos consultivos;
9. Capacitação e apoio na legalização das associações agropecuárias;
10. Apoio na aquisição do DUAT;
11. Apoio na delimitação de terras;
12. Debates abertos [tema aberto];
13. Empoderamento económico das mulheres;
14. Lutas conjuntas / Acções conjuntas;
 - Plataformas

Intervenções do Sector Privado (Director Distrital do SDAE de Montepuez):

1. Apoio das empresas aos agricultores (formação de extensionistas, provisão de insumos)
2. Planos de responsabilidade social;
3. Partilha de receitas (taxas 2.75%);
4. Gala – Machamba do camponês;

Resultados / Impactos das Intervenções

a) Alguns Progressos

1. Maior colaboração do Governo;
2. Maior reconhecimento / confiança e espaços de diálogo;
3. Réplica de debates (Terraço Aberto).

b) Desafios

1. Intervenção comedida das OSC por receio de represálias políticas;

2. Liberdade de expressão limitada (anonimato)/ medo;
3. Acesso à informação limitada / situação militar;
4. Clima político de intimidações / medo;
5. Acesso limitado a órgãos de comunicações social / jornais/
6. Hábitos de leitura limitados;
7. Fontes de acesso a informação pública inacessíveis;
8. Melhor identificação de problemas / causas / actos / responsabilidades;
9. Questão humanitária sobrepõe-se à monitoria do desenvolvimento, resultando no desvio das atenções e prioridades das OSC;
10. Necessidade de educar/ formar o Governo.

- GT 2: Exclusão e desigualdades sociais

Grupo 2 – Desigualdades Sociais e de Género, Violência, Pobreza, etc.		
Desafios/Problemas identificados	Como estão os desafios/ problemas a ser resolvidos/propostas - exemplos	Impactos – Resultados das alternativas
<p>A questão dos ritos de iniciação - estão muito fortes – PEMBA;</p> <p>Não recrutamento local – QUISSANGA/IBO;</p> <p>Desistência nas escolas, falta de tomada de decisão nas mulheres - QUISSANGA/Ibo;</p> <p>Falta de oportunidade de emprego para jovens formados – PALMA/MOCIMBOA;</p> <p>SAÚDE – roubo de medicamentos no Hospital provincial de PEMBA;</p> <p>Casamentos forçados – Cabo Delgado;</p> <p>SAÚDE – Falta de higiene e limpeza em PEMBA;</p> <p>Falta de poder de decisão na parte das raparigas,</p> <p>Casamentos prematuros – CHIÚRE, NAMUNO, MONTEPUEZ;</p>	<p>SAÚDE Promover palestras comunitárias;</p> <p>Coordenar com os líderes para apoiar na partilha de informações.</p> <p>EDUCAÇÃO Envolvimento das autoridades locais nos conselhos das escolas;</p> <p>Professores locais voltarem aos locais de origem;</p> <p>Encontros com os directores das escolas comunitárias (igreja católica);</p> <p>Curso de boas maneiras para os jovens;</p> <p>Formação de madrinhas e padrinhos dos ritos de iniciação;</p> <p>Educação familiar para aceitar as diferenças sociais, o respeito das escolhas dos outros;</p> <p>O homem deve contribuir na renda familiar;</p>	<p>Não foram apresentados.</p>



Foto 1: Desafios – GT 2

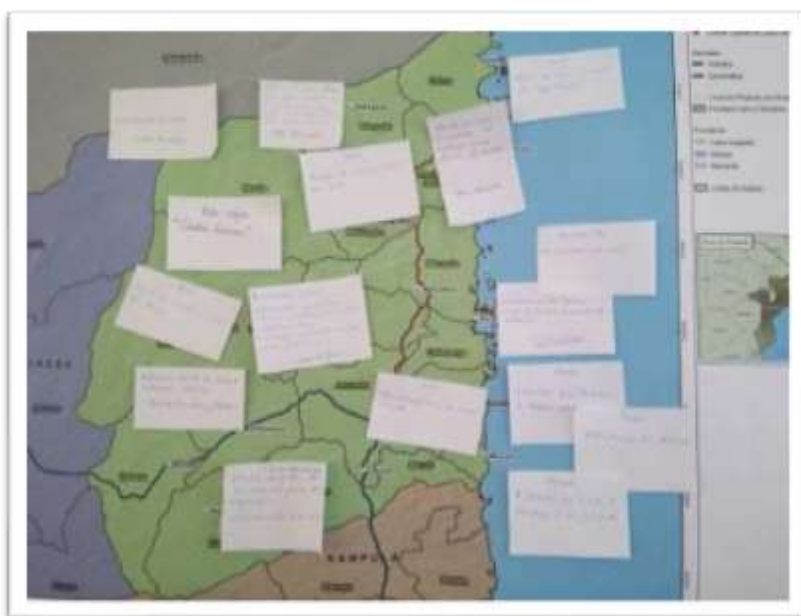


Foto 2: Iniciativas – GT 2

- GT 3: Governação e espaços de participação

1º Quais são os desafios ou problemas que identificamos na Província?

Em resposta, o grupo 3 identificou os seguintes desafios:

• Exclusão social;
• Falta de transparência;
• Falta de honestidade;
• Submissão das mulheres aos seus maridos nas famílias e analfabetismo;
• Falta de inclusão das comunidades e das lideranças locais nas consultas comunitárias;
• Poucas iniciativas de monitoria da governação;
• Desconfiança e falta de espaços para a participação dos cidadãos;
• Tribalismo sobre os imigrantes;
• Confusão de identidade religiosa;
• Mecanismos inacessíveis de prestação de contas;
• Manipulação das pessoas;
• Não aplicação das leis;
• Corrupção;
• Assimetria de informação entre governantes e munícipes;
• Falta de oportunidades de emprego e habitação.

<ul style="list-style-type: none"> • Fórum Urbano Permanente (PLATIP);
<ul style="list-style-type: none"> • Programas de Observatório Municipal e Programas de Orçamento Participativo (SAMCOM);
<ul style="list-style-type: none"> • Educação cívica para a participação dos cidadãos na política (Comissão Diocesana de Justiça e Paz);
<ul style="list-style-type: none"> • Empoderamento das comunidades a nível das consultas comunitárias (CTV);
<ul style="list-style-type: none"> • Debates públicos (Fórum Terraço Aberto);
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação das leis de reassentamento às comunidades abrangidas: leis de mineração, floresta e fauna bravia, direitos dos reassentados, deveres dos reassentados e direito de informação. (Fórum Terra);
<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de curta duração em matéria de direitos humanos e deontologia profissional (Centro de Pesquisa e Observatório Social).



Foto 4: Iniciativas – GT 3

3º Que resultados estamos a ter com as iniciativas na Província?

• Denúncia de casos sobre violação das comunidades;
• Manifestações pacíficas de reivindicação sobre o respeito as comunidades;
• Criados espaços de diálogo entre Sociedade Civil, Governo e Municípes;
• Actividades do Governo auditadas por um comité independente;
• Cidadãos mais informados e comprometidos com o bem comunitário;
• Comunidades paulatinamente estão a quebrar o silêncio com denúncias, reivindicações e participação na democracia,
• Existência de linha verde para denúncia afixada em quase todos os sectores;
• Torneio inter-bairro de jogos tradicionais;
• Legalização da Associação Arte Macua;
• Planos de fortalecimento de Associações Locais,
• Elaborado PDLI – 1ª Vez realizado estudo socioeconómico

Galeria de Fotos – Grupo 3



Foto 5: Trabalhos do GT 3



Foto 6: Trabalhos do GT 3



Foto 7: Trabalhos do GT 3



Foto 8: Trabalhos do GT 3

SÍNTESE E PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Principais conclusões recolhidas durante o debate aberto:

- A participação em espaços de consulta / decisão está muito condicionada pela falta de conhecimento de quem participa, mas também pela falta de transparência e assimetria da informação.
- A exclusão social está na base da “pouca” ou “fraca” participação e monitoria.
- A qualidade da monitoria nos processos de governação e desenvolvimento é fraca.
- A monitoria da governação e desenvolvimento é vista pelos poderes como “acções-sombra”, “mandatados da oposição”.
- Os Governantes têm medo de falar de desenvolvimento com os cidadãos. Preferem discutir questões do partido.
- Existem poucos espaços de participação criados / reclamados.
- Existe uma confusão de papéis / compatibilidades entre as lideranças e a administração.
- Não se aplica a Lei, em muitos casos.
- Existem lideranças reconhecidas e não reconhecidas.
- Algumas iniciativas começam a ter os seus resultados na província, sobretudo no contexto urbano e relacionadas com grupos de jovens.
- Algumas OSC reproduzem dinâmicas de poder e definem o que é ou não prioritário para as comunidades (nos seus gabinetes).
- Também existe corrupção e fraca prestação de contas entre as OSC, não só na Administração/Governo.
- Os jovens de Cabo Delgado necessitam ter formação e emprego nos grandes projectos de desenvolvimento.

Galeria de fotos das apresentações dos grupos / síntese final:



Foto 9: Apresentação resultados GT 1



Foto 10: Apresentação resultados GT 2



Foto 11: Apresentação resultados GT 3



Foto 12: Foto de grupo

AVALIAÇÃO

Foram elaboradas as seguintes perguntas de avaliação:

1. Como avalia a organização / logística?
2. Como avalia a escolha e a pertinência dos temas?
3. Como avalia a metodologia utilizada?
4. Quais as principais aprendizagens que pode destacar?
5. Outras sugestões e observações

Dos 38 participantes, obtivemos um total de 28 avaliações (74%).

Em relação às 3 primeiras perguntas (fechadas), podemos analisar os resultados de forma quantitativa:

1. Como avalia a organização / logística?		2. Como avalia a escolha e a pertinência dos temas?		3. Como avalia a metodologia utilizada?	
Muito Bom	11	Muito Bom	20	Muito Bom	17
Bom	15	Bom	8	Bom	10
Suficiente	1	Suficiente	0	Suficiente	1
Mau	0	Mau	0	Mau	0
Não Responde	1	Não Responde	0	Não Responde	0

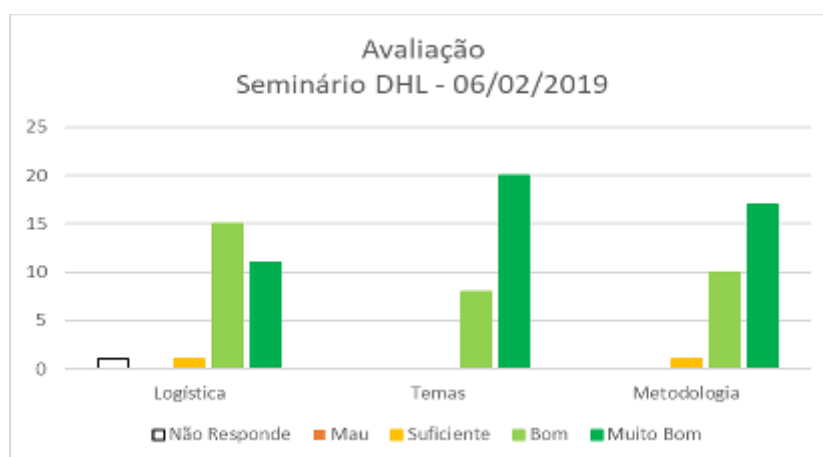


Figura 2: Resultados da Avaliação dos Participantes

Os pontos mais críticos mencionados estão relacionados com a gestão do tempo, com o atraso produzido durante a manhã, e a duração do próprio seminário, que alguns participantes consideraram insuficiente.

Em relação às duas perguntas abertas, obtivemos as seguintes respostas²:

4. Quais as principais aprendizagens que pode destacar?	5. Outras sugestões e observações
<i>O uso de oficina como método de pesquisa e de recolha de informação.</i>	NR
<i>A troca de experiência entre as organizações participantes na reunião.</i>	NR
<ul style="list-style-type: none"> - <i>Sentimento agradável que não estou sozinha; encorajamento mútuo;</i> - <i>Incentivo para o repensar contínuo do modelo de "consultas públicas"</i> - <i>Consciência que há ainda muito por pensar e investir nos caminhos para as soluções neste contexto frágil;</i> - <i>Fazer crescer as sementes de consciência e as sementes de esperança;</i> - <i>Pobre investimento / focalização para a educação a todos os níveis => mentes conscientes!</i> 	<p>Este tipo de espaços de diálogo e de reflexão num ambiente protegido são altamente necessários e bem-vindos.</p> <p>Iniciativas de continuação regular faziam a diferença.</p>
<i>Interligação dos temas disponíveis (desafios, soluções e resultados)</i>	Réplica do workshop a nível das comunidades / distritos.

² Tentamos reproduzir o mais fielmente as respostas dos participantes.

<p>As principais aprendizagens que posso destacar: participar em mais seminários, ter acesso a informação, fazermos análises em diferentes tipos de problemas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Não deve haver desigualdades sociais - Combater a violência contra o género - Devemos combater a corrupção no meio social e na sociedade humana.
<ul style="list-style-type: none"> - Acesso à terra; - Desigualdade social e género; - Espaços de participação de cidadania - democracia e comunidades; - Direito à informação, o papel da sociedade civil em relação ao apoio às comunidades na gestão de terras, conflitos de terras. 	<p>Mais dias de formação, pois tratamos assuntos de extrema importância e muito vagos. Precisávamos 2 a 3 dias.</p>
<p>Foi uma grande aprendizagem, consegui entender os problemas de outras zonas que frequentam e os possíveis desafios de soluções.</p>	<p>Gostaria que acontecessem mais esse tipo de seminário onde participam diferentes instituições. Aproveita-se para criar as sinergias.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Temos muitas pessoas (sociedade civil), empenhada em mudar o que não está bem. - Pouca valorização da mão-de-obra local. 	<p style="text-align: center;">NR</p>
<p>Entre várias tenho a destacar a questão de para a resolução de problemas sociais primeiro deve-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Levantar os problemas da sociedade - Motivos do problema - Desafios e acções a serem implementadas para obtenção dos resultados - Levantamento dos seus impactos positivos assim como negativos. 	<p>De modo que o povo ou a população seja ou esteja a desenvolver, deve ser preparado para estarem integrados na governação, formação, integração, informação, etc. Sugestão: haja esse tipo de seminários de modo que as sociedades reflitam acerca da vida dos sectores de saúde, escola, de modo a medirmos o pulsar do desenvolvimento populacional.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - A organização do Estado explicada pela Alda - A necessidade de transparência e fiscalização interna das OSC internamente. 	<p>Das próximas esses tipos de seminários que se realizam nos lugares rurais também, para possibilitar a participação das pessoas lá.</p>

<ul style="list-style-type: none"> - Limitação da intervenção da Sociedade Civil - Elevado nível de corrupção deve-se a causas de violação de Lei de terra, ambiente e mais - Resistências à mudança para boas práticas de governação (Governo) 	<p>Envolvimento dos membros das comunidades afectadas para maior legitimidade das informações e evidências.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Moçambique é um Estado de Direito democrático que se baseia nos princípios da legalidade, participação, pluralismo jurídico (formal e costumeiro), acesso à informação jurídica; - Temos um tecido social despreparado para o exercício da sua cidadania; - O processo de expropriação de terra por parte do Governo é ilegal, na medida que nunca fez declaração formal no Boletim da República para depois conduzir o processo de expropriação por força dessa publicação e consequente negociação sobre pagamento prévio de compensação e justa indemnização; - O Governo não deve vir com uma tabela sobre as benfeitorias, porque não são da sua propriedade, a não ser apenas que é proprietário do pedaço de terra. - O processo de desanexação também passa pela declaração pública, negociação, prévio pagamento, compensação e justa indemnização. 	<p>- Há necessidade de não só educar a sociedade, mas também aos governantes, porque as aparências enganam.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - A metodologia usada; - Os temas abordados (questões ligadas aos princípios a serem observados em questões de acesso à terra); - Adquirida uma visão geral sobre os aspectos do desenvolvimento na Província de Cabo Delgado 	<p>É importante incorporar a questão/temática da Educação, é um aspecto transversal e de relevância num país como o nosso que apresenta taxas altas de analfabetismo.</p>

<p><i>A saúde, a educação, assim como a economia, portanto como tem-se falado para que o desenvolvimento humano local a ser considerado sustentável deve conter os três pilares como desenvolvimento social, económico e ambiental.</i></p>	<p>Sugeria que nos próximos encontros houvesse o cumprimento do programa <i>interno</i> das horas planificadas.</p>
<p><i>Conforme o método usado, foi facultativo para aprofundar a vida social das comunidades de cada nível.</i></p>	<p>Nas próximas devia-se convidar membros do Governo Distrital, 1 em cada distrito ou metade dos distritos da província e que os outros ficariam para a vez seguinte. Isso como <i>forma</i> mais rápida de réplica nas comunidades. Pois aqui onde estamos somos cidadãos. Quem há-de ir para fora? Sim convidar participantes 1 em cada distrito implica custos, mas seria um método mais <i>replicador</i>.</p>
<p><i>Cabo Delgado ainda é uma província muito vulnerável, apesar dos recursos alocados na província e os mega projectos a população ainda vive em condições precárias devido principalmente ao analfabetismo, a falta de conhecimento dos direitos e dos deveres.</i></p>	<p>Convidar o público alvo dos temas, de acordo com os temas aqui apresentados deveriam ser convidados representantes do Governo, representantes da Justiça, membros das comunidades distritais, líderes comunitários, entre outros.</p>
<p><i>O direito de uso aproveitamento da terra que a comunidade tem e se nalgum momento é ofuscado por ignorância.</i></p>	<p>Que formações de género sejam também estendidas aos membros do Governo, que nalgum momento caem na ignorância e agem mal. Sejam também envolvidos os grupos alvo (as camadas desfavorecidas sem poder de decisão, esses que sofrem expropriação de terra sem poderem se defender).</p>

<i>A justiça social e ambiental tem um impacto "maior" na visão, perspectivas e iniciativas sobre o desenvolvimento humano local.</i>	A democracia e a devida aplicação das leis na governação; a integridade, transparência e respeito pelas diferenças pode constituir de um papel fundamental para participação do ser humano e consequentemente no seu próprio desenvolvimento.
<ul style="list-style-type: none"> - Partilha de vários problemas que afectam o dia a dia da população ao nível da província - Partilha de boas iniciativas - Avaliados os impactos dos projectos em curso, ao nível da província. 	São temas que deveriam ser alargados a dois dias devido à sua pertinência, que é tão importante.
<i>Metodologia usada nos trabalhos de grupo</i>	O tempo foi pouco, pois este tipo de seminário deveria ser dois dias.
<ul style="list-style-type: none"> - Debates - Avaliações e reflexões - Usar os média como um instrumento para chegar ao cidadão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mais campos de formação académica - Formar acima de tudo a comunidade civil.
<i>De destacar a existência de grupos de capacitação de boas maneiras do governo.</i>	Uma vez em que destacamos as zonas costeiras como onde mais há abandono nas escolas apostando mais a prática de caça, pesca e agricultura. Talvez devesse promover estratégias incluindo essas actividades nas escolas.
<ul style="list-style-type: none"> - Direito de uso da terra - Locais de reassentamento em conflito, deu-me a conhecer. 	NR
NR	NR
<i>Governação e ou participação</i>	NR
<ul style="list-style-type: none"> No primeiro tema houve uma boa aprendizagem - acesso à terra, DUAT, problemas ambientais - problemas da actualidade - conivência do Estado na negação dos distritos das comunidades. 	NR

<p><i>Deu para perceber o que alguns actores da sociedade estão a realizar em prol do bem-estar da população.</i></p>	<p>Criar mais espaço de debate de temas actuais com um tempo razoável para explorar cada tema.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Acesso à terra; - Desigualdades sociais; - Espaços de participação de cidadania. 	<p>NR</p>

ANEXOS

CONVITE

O Departamento de Estudos de Ética Cidadania e Desenvolvimento através do Centro de Pesquisa e Observatório Social tem sido um espaço de reflexão, análise da realidade com vista a estimular uma consciência crítica sobre assuntos conjunturais que inquietam a sociedade desde os políticos, sociais e económicos.

Nesta ocasião, temos organizado junto com uma equipa multidisciplinar, com vários países – País Basco, Colômbia, Portugal – e multi institucional – universidades, instituições governamentais, associações da sociedade civil um encontro de trabalho e reflexão sobre o tema: VISÕES, PERSPECTIVAS E INICIATIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO LOCAL EM CABO DELGADO. Este trabalho é continuação de uma reflexão anterior realizada num seminário em Pemba em 2012 e também a pesquisa que a WLSA - Moçambique realizou em Pemba este ano.

Assim, vimos pela presente convidar a um representante da vossa instituição para fazer parte do evento no dia 6 de Fevereiro de 2019, na sala Martin Luther King nas instalações da UCM – Pemba, pelas 7h e 30min.

Desejamos que o debate contribua para uma reflexão mais profunda e séria sobre o Desenvolvimento humano e social da Província de Cabo Delgado. Nos sentiremos honrados com a vossa presença.

Pemba, 25 de Janeiro de 2019
O Coordenador do Departamento de Ética

Tácito Marques Tahane
(MA. AGE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Seminário

VISÕES, PERSPECTIVAS E INICIATIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO LOCAL EM CABO DELGADO - Pilares da reflexão: Educação, Saúde, Economia e Direitos Humanos.

Pemba, 06 de Fevereiro de 2019

Convidamos para participar num Seminário intitulado **VISÕES, PERSPECTIVAS E INICIATIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO LOCAL EM CABO DELGADO - Pilares da reflexão: Educação, Saúde, Economia e Direitos Humanos**, organizado conjuntamente pelo Departamento de Ética, Cidadania e Desenvolvimento e pelo Centro de Pesquisa e Observatório Social da Universidade Católica de Moçambique em Pemba, pela WLSA Moçambique – Mulher e Lei na África Austral, Moçambique - pela Tindzila – Centro de Pesquisa sobre Governança de Terras e Desenvolvimento Rural – e pelo Gernika Gogoratz – Centro de Investigação pela Paz - com o apoio da Agência Basca de Cooperação para o Desenvolvimento.

O seminário pretende **continuar um processo já iniciado** com diferentes actores (académicos, activistas, líderes comunitários, membros de instituições governamentais) da província, **identificar as nossas preocupações comuns, divulgar a riqueza das iniciativas existentes e oferecer espaços de encontro para partilhar visões, perspectivas e propostas entre os diversos actores, sobre o Desenvolvimento Humano Local, reflectindo sobre a Educação, Saúde, Economia e Direitos Humanos**. Especial atenção será prestada à participação de sectores tradicionalmente excluídos (jovens, mulheres, idosos, migrantes, desempregados ...) para que se possam envolver na identificação desses mesmos problemas e propostas.

Durante a realização do seminário, será levada a cabo a captação de imagens com o fim de produzir um documentário/vídeo, ferramenta pedagógica de partilha e de auto-aprendizagem.

Cada participante deverá expressar o seu consentimento prévio, por escrito, e tem o direito de não participar no seminário ou de se retirar quando o desejar.

Eu.....declaro que compreendi os objectivos e aceito participar no Seminário.

Data.....Local.....

Assinatura do/da participante.....

Para contactar os/as investigadores/as em caso de dúvida: Procurar **Isabel Maria Casimiro**, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Campus Universitário Principal, Av. Julius Nherere, Maputo, Telefone: 21490828, celular: 823149290.